

Circular nº 27/2013*08 de Outubro de 2013*

Assunto: RCB – REGIME DE BENS EM CIRCULAÇÃO
Emissão e comunicação prévia dos documentos de transporte

Caros Associados,

1. Comunicação prévia dos documentos de transporte**Data limite de 15 de Outubro de 2013**

Recordamos que pela Circular nº 19 de 24 de Junho se comunicava a entrada em vigor em 01 de Julho de 2013 no novo regime de bens em circulação, segundo a Portaria n.º 161/2013.

Recordamos também a informação difundida pelo nosso email de 28 de Junho de 2013, dirigido a todos os associados da APIRAC, segundo Nota de Imprensa emanada da AT, de que por despacho de Sua Excelência, o Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, foi fixado um período transitório para as empresas se adaptarem ao novo sistema, até 15 de Outubro próximo, mas apenas relativamente à obrigação da comunicação prévia à AT dos elementos dos documentos de transporte.

Durante esse período as infracções, por falta de comunicação prévia dos documentos que tenham sido emitidos, não conduzirão à apreensão das mercadorias transportadas nem dos respectivos veículos, desde que os documentos sejam emitidos e exibidos, nos termos legais aplicáveis, e seja efectuada a comunicação electrónica, ainda que posterior à data de emissão dos documentos de transporte, mas com a data limite de 15 de Outubro para a referida comunicação.

Assim, recomendamos aos nossos associados que aproveitem este período até 15 de Outubro para comunicarem o mais breve possível à AT os elementos dos documentos de transporte emitidos desde o dia 01 de Julho, e tudo fazer como se estivesse já a decorrer o período normal de aplicação desta disposição.

2. Vias de emissão electrónica dos documentos iniciais de transporte

Nos termos da Portaria n.º 363/2010, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 22-A/2012 e Portaria n.º 160/2013, de 23 de Abril, fica clarificado que **os sujeitos passivos que utilizem ou sejam obrigados a utilizar programas informáticos de facturação certificados ficam também abrangidos pela obrigatoriedade de dispor de programas certificados para emissão dos DT**. Assim, os sujeitos passivos que **utilizem, ou sejam obrigados a utilizar, programas informáticos de facturação certificados devem proceder à emissão dos documentos de transporte (os documentos iniciais) pelas seguintes vias:**

- **Por via electrónica**, desde que garantida a autenticidade e integridade do conteúdo dos documentos (aposição de assinatura electrónica avançada ou emissão pelo sistema EDI);
- **Por programa informático certificado pela AT**, de acordo com os requisitos técnicos previstos na Portaria n.º 363/2010, com alterações da Portaria n.º 22-A/2012 e Portaria n.º 160/2013;
- **Através do Portal das Finanças.**

NOTAS:

- Os sujeitos passivos que não utilizem nem sejam obrigados a utilizar programas informáticos de facturação certificados (nem produzidos internamente), podem proceder à emissão dos documentos de transporte (DT) através do Portal das Finanças, ou manualmente em papel, utilizando impressos de tipografia autorizada.
- Os documentos de transporte (DT) processados através do Portal das Finanças ficam comunicados automaticamente pelo próprio portal à AT.

3. Vias de emissão de documentos globais iniciais – Caso do serviço prestado pela própria empresa de assistência técnica, manutenção e obras, em transporte de destinatários desconhecidos.

Os documentos de transporte globais são documentos em que os destinatários não são conhecidos á altura de saída dos bens. Os DT globais compreendem ainda situações em que existe desconhecimento das quantidades a entregar, consumir, bem como desconhecimento dos locais de descarga.

OS DT globais devem obrigatoriamente ser sempre impressos em papel, independentemente da via de processamento e acompanhar os bens em circulação, mesmo que exista um código de identificação atribuído pela AT.

Os documentos de transporte globais, quando processados manualmente em papel impresso por tipografia autorizada, devem ser comunicados à AT antes do início do transporte, pelo serviço telefónico disponibilizado pela AT para o efeito. Pelo telefone apenas são comunicados os dados essenciais: Data e hora do início do transporte, os últimos 4 dígitos do número do Documento de Transporte e o NIF do adquirente (o NIF não é aplicável no caso de destinatário desconhecido). Devendo ser posteriormente comunicados, com inserção no Portal das Finanças (até ao 5º dia útil seguinte), os restantes elementos obrigatórios do DT global.

Acesso telefónico à AT para a comunicação dos elementos nos casos em que os documentos de transporte podem ser processados manualmente ou em caso de inoperacionalidade do sistema informático de comunicação (Nota: Os DT globais devem ser processados informaticamente para os casos de obrigação de SAFT):

Para aceder ao serviço de atendimento automático da AT para comunicação dos elementos das guias de transporte globais iniciais, primeiramente o sujeito passivo terá de se inscrever no Portal das Finanças seleccionando a opção “obter acesso telefónico” disponibilizada na primeira página do lado direito do Portal. O código é criado por si e confirmado de imediato. Para o alterar deve utilizar a opção “Alterar senha”.

Após autenticação no Portal das Finanças liga para o nº de telefone 210 49 39 50, indicando o número de identificação fiscal e o código de acesso telefónico, indicando de seguida os elementos essenciais das guias de transporte, já referidos, ou seja: **Data e hora do início do transporte, os últimos 4 dígitos do número do Documento de Transporte e o NIF do adquirente (se aplicável).**

O código obtido via telefone deve ser utilizado para a comunicação no portal das finanças dos dados do DT ainda não comunicados, no prazo de 5 dias úteis após a emissão do DT global inicial.

Obtenção de mais de um código de acesso à via telefónica, destinados a outros utilizadores, para comunicação dos DT (apenas para as guias de transporte processadas manualmente em papel impresso por tipografias autorizadas)

Para acesso ao serviço telefónico da AT, o utilizador representante da empresa (gerente ou utilizador autorizado pela empresa) obtém a senha respectiva para aceder ao Portal das Finanças. Para que os restantes colaboradores possam aceder ao serviço telefónico é possível criar SUBUTILIZADORES no Portal das Finanças, com acesso restrito, destinado à comunicação prévia dos documentos de transporte (obrigatória antes do início do transporte).

Esta funcionalidade destina-se a Contribuintes/Empresas que queiram autorizar os seus empregados a executar operações específicas em seu nome.

Para o efeito o responsável da empresa acede normalmente ao Portal das Finanças e segue o seguinte caminho:

Serviços Tributários> Outros Serviços> GESTÃO DE UTILIZADORES> CRIAR UM NOVO UTILIZADOR e seleccionar as Opções ☐ Permitir acesso telefónico e ☐ WDT – Comunicação de dados de Documentos de Transporte.

Comunicação à AT dos elementos das folhas de obra ou de manutenção:

Estes documentos adicionais, que devem obrigatoriamente fazer a devida referência ao DT Global, têm de ser comunicados à AT até ao 5º dia útil seguinte ao da data da entrega efectiva ou do consumo dos bens evidenciados na folha de obra.

Na inserção no Portal das Finanças do documento adicional, ao fazer-se referência ao documento inicial, o sistema identifica automaticamente este documento inicial. Aí então descarrega-se os elementos do documento adicional.

Finalmente reiteramos uma vez mais o pedido aos associados de irem relatando as dificuldades que forem encontrando, especialmente as que resultem de “infracções” apontadas pelas autoridades de fiscalização. Nesse sentido a APIRAC procurará dar um contributo actuando junto das entidades responsáveis, no sentido de evitar abusos por um lado, e por outro esclarecendo causas e identificando soluções a observar, de forma a tentarmos desbloquear situações embaraçosas que se coloquem às empresas.

Com os melhores cumprimentos,

A Direcção

NOTA: Esta circular resulta de um contributo da BTOC, entidade protocolada com a APIRAC para a Consultadoria nas áreas contabilística e fiscal.